

I. NOTA DE ABERTURA

A Carta Educativa é assumida, em conformidade com os princípios e regras previstos na Lei, como um instrumento de planeamento que, para lá de se debruçar sobre a situação existente e as necessidades imediatas a satisfazer, procura delinear um conjunto de respostas, coerentes e exequíveis, capazes de conferirem uma eficaz utilização dos recursos educativos, numa dupla perspectiva territorial e pedagógica.

A Carta diagnóstica, prevê constrangimentos e potencialidades, a fim de evitar situações de ruptura ou desajustamentos, face às dinâmicas sociais e ao desenvolvimento do concelho, permitindo a programação das várias tipologias de equipamentos educativos e a sua melhor localização, bem como a articulação de políticas imateriais direccionadas para uma efectiva valorização das populações, concretamente das crianças e dos jovens.

A Partilha de Objectivos

«A intervenção educacional dos municípios representa hoje um domínio incontornável na análise das questões da descentralização, da territorialidade e da subsidiariedade, da regulação e da eficácia do sistema educativo. Diversos mecanismos legais, têm sido introduzidos e, mais recentemente, o Decreto-Lei nº7/2003 estabelece a criação do CME e do processo de construção da Carta Educativa, enquanto instrumento estratégico para a definição da política educativa local, de forma a favorecer a passagem da centralização para a descentralização da educação. Assim, as políticas locais de educação ganham importância crescente e vital de modo a permitir o tão desejado desenvolvimento local a todos os níveis e que passa, necessariamente, pela qualidade da educação. Neste processo, destaca-se a importância da elaboração da Carta Educativa como instrumento estratégico que vai reflectir toda a realidade do nosso concelho, nas várias vertentes, mas todas elas importantes quando se pretende definir um plano global de acção para a educação, numa caminhada colectiva, onde o Conselho Municipal de Educação poderá ter um papel decisivo, por permitir a participação plural dos vários agentes locais, no exercício real de projectar, acompanhar e aferir projectos educativos, aplicáveis aos vários graus de ensino, do básico ao superior, dirigidos a um objectivo de progresso e emancipação social.» (*Arcelina Santiago – Professora do Ensino Básico**)

Com efeito, a elaboração da Carta, a cargo de uma equipa técnica do Município, teve como principal preocupação manter o Conselho a par da evolução dos trabalhos, realizando-se reuniões que possibilitaram a troca de opiniões e o envolvimento dos principais

agentes educativos. Para estreitar essa ligação, foi instituído o princípio de que estariam presentes em todas as suas reuniões, com o estatuto de convidados, representantes dos conselhos executivos das EB 2,3 e das Secundárias, com total liberdade de intervenção. Esta solução não substituiu, como é óbvio, uma prática de permanente concertação entre os responsáveis do Município e dos Agrupamentos, sendo a estes que se deve a facilidade em tornar mais coerentes a rede física e os projectos educativos.

A fim de envolver a comunidade, o Conselho organizou um fórum - "Carta Educativa: Instrumento Estratégico para a Educação/Formação" - estabelecendo uma oportunidade para reflexão conjunta em torno de um tema mais abrangente e decisivo, não confinando a Educação às vivências quotidianas de cada escola. Pôs-se, igualmente, a funcionar, na Internet, um espaço aberto, balizado por metas concretas, a fim de se recolherem sugestões, mas os resultados ficaram, aí, muito aquém do desejável, limitando-se ao relato esporádico dos tais problemas do dia a dia, que são tidos em conta para efeitos de gestão, mas não como contributos em termos de planeamento estratégico. Foi, no entanto, nesse debate público, e na aproximação entre instituições, que se criaram plataformas de entendimento entre diferentes actores do processo.

«(...) Na nossa perspectiva - e em consonância com as preocupações e anseios dos Encarregados de Educação atrás referidos - as principais orientações estratégicas em que deve assentar a elaboração da Carta Educativa, deverão ser as seguintes:

- Assumir a Educação e a Formação, como uma das prioridades para o Concelho de Espinho, para promover o sucesso educativo e a qualidade de vida dos nossos Jovens;
- Assegurar a integral cobertura da rede do ensino pré-escolar em todo o Concelho e eliminar por completo a existência de horários em regime de desdobramento no 1º ciclo;
- Promover a igualdade de oportunidades a todos os alunos, criando as condições adequadas no que respeita, designadamente, ao acesso às diversas actividades de enriquecimento curricular, refeições, rede de transportes, flexibilização de horários (abertura às 8.00 e encerramento às 19.00 - a contemplar em situações específicas);
- Perspectivar as novas exigências em termos de instalações/equipamentos das Escolas - 3º Ciclo e Secundárias - decorrentes da criação e funcionamento quer dos Cursos de Educação Formação, quer dos Cursos Profissionais que estão a ser introduzidos nas Escolas Públicas.» *(Filipe Milheiro - Encarregado de Educação *)*

De facto, estas ideias, bem como outras que foram sendo debatidas, cruzam-se, de forma coerente com as metas perseguidas pela Carta Educativa:

- Expansão/remodelação da rede de estabelecimentos de ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo;
- Necessidades para a consolidação e desenvolvimento do Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário;
- Estratégias específicas de combate ao abandono e insucesso escolar;
- Medidas de articulação entre as instituições públicas e as entidades privadas designadamente as IPSS;
- Política integrada de ensino e formação profissional;
- Articulação entre os projectos educativos e as políticas de natureza social, cultural e desportiva.

Uma Questão de Identidade

«A carta educativa é um instrumento de aproximação dos grandes objectivos da política educativa nacional aos municípios, instrumento esse que deve corporizar, antes de mais, uma forte identidade ao nível das políticas educativas concelhias, por impulso do Conselho Municipal da Educação. Sendo um documento sujeito a homologação, a tutela, discutindo-a, como é óbvio, tem que tentar compreender e respeitar essa identidade, factor fundamental para a boa operacionalidade e implementação em cada comunidade educativa.» (*Alexandre Santos – Professor do Ensino Profissional Privado**)

A própria metodologia de elaboração foi escolhida, em consonância com a procura de um instrumento orientador capaz de reflectir essa identidade. A elaboração de uma Carta Educativa poderia ser conseguida através da contratualização de serviços externos, com reconhecida competência, ou com base nos recursos e na experiência ao dispor do Município. Reconhecida a sua viabilidade, esta última opção traduz-se em algumas vantagens, principalmente numa correspondência mais apertada com as realidades locais, bem como numa maior capacidade de coordenação e de rentabilização dos meios envolvidos. Reunindo-se uma equipa pluridisciplinar, com aptidões nas áreas do planeamento, da análise social e da elaboração de projectos, além de se contar com o apoio de serviços da DREN durante a fase de caracterização e diagnóstico, potenciou-se um conjunto de saberes adquiridos ao longo do tempo. Referimo-nos, especialmente, ao diagnóstico prévio do estado de conservação das escolas básicas do 1.º ciclo e dos jardins de infância, aos estudos elaborados no quadro da Rede Social e aos trabalhos levados a

cabo no âmbito do processo de revisão do PDM, conhecimentos determinantes para a consistência das análises e dos ensaios prospectivos.

«É difícil para um concelho como Espinho, com uma grande concentração urbana e, portanto, com pouco espaço para implantar escolas ou, quando existe, provavelmente será muito caro, fazer algumas opções. Mas acho que o parque escolar de um município – e de parque escolar vou falar agora – pelo menos até ao final do ensino básico, podia apropriar-se do conceito de *campus* universitário: unidades para acolher os alunos, mas também um conjunto de edifícios próximos onde estão naturalmente os equipamentos desportivos, onde está naturalmente a biblioteca, onde estão naturalmente outras mais-valias sociais aproveitadas por todos e que permitem ter ali à mão um bocado de tudo, na lógica de uma cidade educativa. Se houvesse dinheiro, se houvesse espaço, entre outras coisas, era isto que eu defenderia.» (*Margarida Moreira – Directora Regional de Educação do Norte **)

O grande desafio consiste em conciliar o desejável com o possível, atendendo às conclusões que se retiram dos exercícios de caracterização e de diagnóstico. Debatermo-nos com um processo de planeamento do sistema educativo, a nível da rede de estabelecimentos e das opções em termos de políticas qualitativas, capazes de combaterem os problemas e de proporcionarem novas oportunidades para o futuro. Trata-se de um processo que atende, obrigatoriamente, aos constrangimentos, às singularidades e às potencialidades. O concelho de Espinho não se constitui como um território educativo uniforme, diferencia-se de freguesia para freguesia, molda-se com especificidades dentro de cada uma delas, possuindo um centro urbano com grande poder de atractividade mas com reduzidas hipóteses de expansão. Debate-se com problemas agudos ao nível do abandono escolar, mas tem imensas capacidades de intervenção ao nível do tecido sócio-cultural e da sua interacção com a comunidade educativa. Por outro lado, não podemos entender um planeamento que não seja viável financeiramente, pois orçamentos ambiciosos, mas irreais, geram planos inconsequentes. São este tipo de consciências que vêm à tona quando falamos de identidade, situando as opções entre o desejável e o possível.

** - Excertos das intervenções proferidas no Fórum "Carta Educativa: Instrumento Estratégico para a Educação/Formação" (Espinho, 22 de Setembro de 2006)*